



REBENA
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 13, 2025, p. 77 - 84

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

Ludicidade e inclusão: estratégias pedagógicas no ensino
Playfulness and inclusion: pedagogical strategies in teaching

Verônica Pereira Moreira¹

DOI: [10.5281/zenodo.17316888](https://doi.org/10.5281/zenodo.17316888)

Submetido: 01/07/2025 Aprovado: 04/09/2025 Publicação: 10/10/2025

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a importância da prática pedagógica no ensino inclusivo, destacando a relevância de estratégias educacionais adaptadas que atendam às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Foram investigadas as abordagens pedagógicas e políticas públicas que sustentam a educação inclusiva, identificando os desafios e avanços no contexto escolar. Em seguida, explorou-se a ludicidade como ferramenta pedagógica essencial, capaz de tornar o aprendizado mais envolvente, estimulante e acessível a todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. Por fim, a pesquisa buscou identificar metodologias eficazes que possam ser aplicadas no ensino inclusivo, como o uso de jogos adaptados, aprendizagem colaborativa e tecnologias assistivas. Os resultados indicam que, para garantir um ensino inclusivo de qualidade, é necessário que educadores adotem práticas pedagógicas diferenciadas e criativas, com ênfase no uso da ludicidade e metodologias adaptadas, promovendo um ambiente de aprendizado que respeite a diversidade e favoreça a participação ativa de todos os alunos. A pesquisa conclui que a prática pedagógica inclusiva, quando bem aplicada, contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa, proporcionando a cada aluno a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno.

Palavras-chave: Estratégias Educacionais; Ensino Inclusivo; Atividades Metodológicas.

ABSTRACT

This study aims to understand the importance of pedagogical practice in inclusive education, highlighting the relevance of adapted educational strategies that meet the needs of all students, regardless of their individual characteristics. Pedagogical approaches and public policies that support inclusive education were investigated, identifying the challenges and advances within the school context. Subsequently, playfulness was explored as an essential pedagogical tool, capable of making learning more engaging, stimulating, and accessible to all students, especially those with special educational needs. Finally, the research sought to identify effective methodologies that can be applied in inclusive teaching, such as the use of adapted games, collaborative learning, and assistive technologies. The results indicate that, in order to ensure quality inclusive education, educators must adopt differentiated and creative pedagogical practices, with an emphasis on the use of playfulness and adapted methodologies, promoting a learning environment that respects diversity and encourages the active participation of all students. The research concludes that inclusive pedagogical practice, when well applied, contributes to the formation of a fairer and more equitable society, providing each student with the opportunity to fully develop their potential.

Keywords: Educational Strategies; Inclusive Teaching; Methodological Activities.

¹Mestre em Modelagem Computacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), Especialista em Administração e Orientação Escolar pela Faculdade Batista de Minas Gerais - FBMG (2021) e Graduada em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001). E-mail: profvpmoreira@gmail.com

1. Introdução

O conceito de "inclusão" tem se expandido ao longo do tempo e abrange diversas áreas da sociedade, desde a educação até o mercado de trabalho, passando pelas políticas públicas, relações sociais e culturais. A inclusão escolar é uma das frentes mais visíveis e importantes dessa transformação social e envolve um conjunto de práticas e abordagens pedagógicas voltadas para a adaptação do sistema educacional, a fim de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado e participação.

De acordo com Franco (2012), a mudança para uma educação inclusiva está profundamente ancorada em movimentos sociais e nas políticas públicas que, ao longo das últimas décadas, vêm buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. A educação inclusiva é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, no qual todas as crianças, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sociais ou emocionais, tenham acesso a uma educação de qualidade. No Brasil, a homologação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 desencadeou amplo processo de mudanças no sistema educacional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Uma delas foi à implantação da política de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, modificando a sistemática de atendimento adotada até então, que segregava essas pessoas em instituições especializadas. A referida Lei recebeu influência marcante da Declaração da Educação como Direito de Todos, em 1990, e a Declaração de Salamanca publicada em junho de 1994, por ocasião da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.

A pesquisa se justifica pela busca por soluções eficazes para a inclusão escolar, destacando o potencial da ludicidade como estratégia pedagógica. Além disso, este estudo pode contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas, proporcionando um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

A prática pedagógica desempenha um papel central nesse processo, pois é por meio dela que os educadores têm a responsabilidade de adaptar suas abordagens para atender às necessidades diversas dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor. Nesse sentido, autores como Pinto e Sousa (2024) ressaltam que a incorporação de atividades lúdicas no ambiente escolar favorece não apenas o desenvolvimento integral das crianças, mas também estimula habilidades cognitivas, sociais e emocionais, reforçando a importância de metodologias dinâmicas e interativas.

De modo complementar, Cavalcante e Capistrano (2024) destacam que compreender a relevância da ludicidade para o desenvolvimento social e cognitivo de pessoas autistas é essencial,

pois as práticas lúdicas em sala de aula possibilitam uma educação significativa que favorece tanto os aspectos emocionais quanto cognitivos, sociais e culturais desses estudantes.

No entanto, a implementação efetiva do ensino inclusivo ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos adequados, a resistência a novas metodologias e a ausência de formação continuada para os professores. Nesse contexto, é crucial compreender quais práticas pedagógicas podem ser adotadas para garantir a inclusão efetiva de todos os estudantes.

O objetivo deste trabalho é compreender a importância da prática pedagógica no ensino inclusivo, com foco nas abordagens educacionais. Para tanto buscou-se analisar a proposta e as perspectivas para a educação inclusiva, reconhecer o prazer em aprender através da ludicidade e identificar atividades metodológicas para o processo educativo inclusivo.

A pesquisa se deu a partir de um estudo bibliográfico em livros, artigos, periódicos e outras fontes que tratam sobre o tema. O presente artigo se apresenta organizado em três partes sendo que elas abordam a seguinte temática respectivamente: a primeira faz uma análise da Educação Inclusiva, em suas propostas e perspectivas no contexto histórico e legislação; na segunda, os fundamentos teóricos dos principais autores que trabalham o desenvolvimento psicológico relacionado à ludicidade; e terceira, uma proposta analítica de atividades metodológicas para o processo educativo inclusivo.

2. Referencial Teórico

A compreensão do processo histórico evolutivo da escola inclusiva somente se dá a partir do conhecimento de suas fases. Retomando a história da educação no que se refere às pessoas com deficiência pode-se observar que a inclusão passou por fases como: da exclusão, da segregação, da integração e da inclusão.

Os estudos de Batista (2016) evidenciam cada uma dessas fases. A que corresponde ao período da Antiguidade até o início da Idade Contemporânea, pode ser chamada de fase da exclusão, na qual a maioria das pessoas com deficiência era tida como indigna de educação escolar. A fase chamada de segregação, na Idade Média, começou com o acolhimento e atendimento às pessoas deficientes dentro de grandes instituições, principalmente religiosas, que realizavam um trabalho de cunho assistencialista. A terceira fase, ocorrida na década de 1970, constitui a fase da integração. Na fase de integração surgiram as classes especiais dentro de escolas comuns. Nesta fase, os testes de inteligência desempenharam um papel relevante, no sentido de identificar e selecionar apenas as crianças com potencial acadêmico. A quarta fase, fase da inclusão, o foco é a adaptação da escola para que todos os alunos aprendam juntos, independentemente de suas dificuldades ou diferenças.

De acordo com Batista (2016), a quarta fase, a da inclusão, baseada em uma visão de educação de qualidade para todos, em que não é o aluno que deve ser “normalizado” para se integrar na escola, mas é esta que se modifica para atender a todos. Assim, as escolas inclusivas devem contar com uma gestão pedagógica forte que possibilite um planejamento conjunto dos programas educativos. Essa gestão deve garantir que as práticas pedagógicas sejam adaptadas para atender às diversas necessidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e acolhedor. Numa escola inclusiva todos os alunos frequentam turmas adequadas ao seu nível etário. Para Aranha (2013) a educação inclusiva e a constituição da escola inclusiva pressupõem a compreensão de toda a questão legal que a gerou como direito de todos.

Um dos primeiros documentos produzidos mundialmente que consideram a educação inclusiva foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, gerado a partir de uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Esse documento reconhece que todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos e essa é uma condição básica que lhes garante o direito a participar ativamente do ensino sistematizado independente de sua condição física, social ou psíquica.

Em março de 1990 ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien. Nesta Declaração, os países relembram que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro.

A Declaração de Salamanca foi um marco para a integração posteriormente reconhecida como Educação Inclusiva. É um documento elaborado na Conferência Mundial sobre a Educação Especial, em Salamanca na Espanha em 1994, trata dos princípios, política e prática em Educação Especial.

Em 1999 aconteceu a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência onde se reafirmou que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência.

No Brasil, a Constituição de 1988 assumiu, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Outra lei importante nessa temática foi o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, que estabelece e assegura “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990).

Diante esses pressupostos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 estabelece que todos os alunos com necessidades educativas especiais devem ser incluídos nas salas regulares do Ensino Fundamental.

Até o ano de 2008 o Brasil oferecia atendimento escolar diferenciado aos estudantes com necessidades especiais, o que excluía esses alunos dos ambientes comuns de escolarização, colocando-os em classes e escolas especiais (MANTOAN, 2011). Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, os alunos especiais deveriam frequentar a sala de aula comum e, no contraturno, receberem educação especial.

Após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, foram instituídas Leis, Decretos e Resoluções com o objetivo de garantir que todas as escolas acolham e integrem na sala de aula todos os alunos que a busquem, sem qualquer discriminação.

3. Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, realizada a partir de livros, artigos, periódicos e documentos que abordam a temática da educação inclusiva e o papel da ludicidade nos processos de ensino e aprendizagem. O estudo buscou sistematizar reflexões teóricas já produzidas, com o objetivo de compreender a importância da prática pedagógica no ensino inclusivo e identificar estratégias metodológicas que favoreçam a participação de todos os estudantes.

Na seleção e análise do material, considerou-se a produção de autores que tratam da inclusão escolar e das práticas lúdicas aplicadas a crianças com deficiência. De acordo com Ribeiro (2012), é fundamental evitar rótulos e preconceitos, assumindo as diferenças de cada indivíduo para favorecer seu desenvolvimento educacional. A análise de textos como os de Ide (2018) e Kishimoto (2018) também foi incorporada, pois destacam a relevância dos jogos e brinquedos como recursos que estimulam autonomia, socialização, criatividade e desenvolvimento cognitivo.

Nesse sentido, os referenciais escolhidos permitiram compreender que a escola deve se empenhar em incluir alunos com deficiência no ambiente educacional, valorizando a socialização e a construção da identidade do educando. Ao brincar e jogar, a criança estimula aspectos essenciais como memorização, cooperação, linguagem, motivação e raciocínio lógico, o que igualmente se aplica a estudantes com deficiência, ainda que com respostas diferenciadas.

Assim, a metodologia bibliográfica adotada buscou interpretar e confrontar as contribuições de diversos autores, como Ide (2018), Dos Santos Silva et al. (2022) e Pontes (2025), ressaltando que o uso de jogos e atividades lúdicas é um recurso pedagógico valioso,

capaz de potencializar o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem significativa em contextos inclusivos.

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

A pesquisa realizada buscou compreender a importância da prática pedagógica no ensino inclusivo, com foco na análise das abordagens educacionais adaptadas, no papel da ludicidade como ferramenta de aprendizagem e na identificação de atividades metodológicas que possam contribuir para um processo educativo inclusivo efetivo. A partir das discussões e resultados encontrados, é possível afirmar que a prática pedagógica inclusiva é um elemento essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade, equitativa e acolhedora.

Embora o avanço legislativo e as políticas públicas representem um passo significativo para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, muitos desafios ainda precisam ser superados, como a escassez de recursos adequados, a resistência de alguns profissionais à adaptação das metodologias e a necessidade de uma formação continuada mais robusta para os professores. Para que a educação inclusiva seja plenamente efetiva, é fundamental que os educadores compreendam a diversidade presente em suas salas de aula e adotem abordagens pedagógicas flexíveis e adaptadas às necessidades de cada aluno. A ludicidade, como ferramenta pedagógica, mostrou-se um recurso valioso para promover o prazer em aprender, sendo capaz de engajar os alunos de maneira ativa e significativa. Ao tornar o processo de aprendizagem mais envolvente e prazeroso, as atividades lúdicas facilitam a interação, o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, e a construção de um ambiente inclusivo que favorece a participação de todos.

Essas estratégias são fundamentais para garantir que o currículo seja acessível e relevante para todos os estudantes, favorecendo a participação ativa de cada um no processo de aprendizagem. A implementação dessas metodologias requer um compromisso contínuo dos educadores e das instituições de ensino em promover um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade e assegure que todos os alunos tenham oportunidades de desenvolvimento pleno.

5. Considerações Finais

A inclusão na educação é um desafio, mas quando enfrentado de maneira adequada, resulta em benefícios significativos para todos os alunos. A diversidade enriquece o aprendizado e a presença de alunos com diferentes habilidades e necessidades enriquece o ambiente escolar,

promovendo a troca de experiências e perspectivas. Para atender às diversas necessidades dos alunos, as escolas precisam adaptar seus métodos de ensino, o que leva à inovação e melhoria. Além disso, a promoção de um ambiente escolar inclusivo ajuda a combater preconceitos e discriminação, desenvolvendo a empatia e o respeito entre os alunos. É crucial assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham a oportunidade de usufruir de seu direito à educação, pois isso é vital para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Em uma escola inclusiva, a diversidade é apreciada em vez da homogeneidade e ao intensificar suas práticas pedagógicas para atender à diversidade, a escola não apenas cumpre seu papel social, mas também contribui para a melhoria da qualidade da educação como um todo.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fabio. **Educação Inclusiva: a escola**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2013.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente, Lei nº 8069, de 13/07/90**. Niterói, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990.

CAVALCANTE, Antonio Wadan Gomes; CAPISTRANO, Cristiana. Entre o brincar e o aprender:: a importância da ludicidade na inclusão do aluno autista nos anos iniciais do ensino fundamental. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 8, p. 174-184, 2024.

DOS SANTOS SILVA, Bruno Henrique Macêdo et al. Jogos Matemáticos como Ferramenta Educacional Lúdica no Processo de Ensino e Aprendizagem da Matemática na Educação Básica. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 4, p. 246-254, 2022.

IDE, Sahda Marta. O jogo e o fracasso escolar. In: KISHIMOTO, Tisuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 89-107.

KISHIMOTO, Tisuko M. (orgs). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2018.

MANTOAN. Maria Tereza Eglér. (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PINTO, Jacyguara Costa; DA COSTA SOUSA, Ruth. Ludicidade e Letramento: desafios e perspectivas no Ensino Fundamental I. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 8, p. 436-448, 2024.

PONTES, Edel Alexandre Silva. Mapas coloridos como estratégia de ensino e aprendizagem de matemática nos anos finais do ensino fundamental. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 2, p. e7650-e7650, 2025.

RIBEIRO, Maria. **O jogo na organização curricular para deficientes mentais.** São Paulo: Cortez, 2012.